

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Há um mês que a discussão política em Portugal tem como um dos pontos centrais a carta de intenções do Governo a enviar à Troika no âmbito da 12ª avaliação do PAEF. Cedo se tornou claro, porém, não apenas o incómodo, mas também o desacerto de vários membros do Governo sobre a existência e o teor do documento.

A Ministra das Finanças afirmou no dia 5 de Maio que a carta de intenções não teria “nada que não faça parte dos compromissos que os portugueses já conhecem”, mas o Vice-primeiro-ministro dizia, no dia 7 de Maio, que o documento não estava concluído. Nesse mesmo dia 7 de Maio, o Primeiro-ministro admitia que “seria importante a população ter conhecimento do conteúdo da carta, se esta contivesse alguma coisa de diferente ou compromissos novos, mas não tem”. O certo é que nunca se soube se a carta foi enviada e o que nela consta.

Ontem soube-se pelas declarações da Ministra de Estado e das Finanças que a carta não só já foi enviada, para o FMI, como terá que ser revista. Fica claro que a carta de intenções não é um mero procedimento formal no final da avaliação do PAEF, conforme o Governo tentou fazer crer, mas constitui um verdadeiro programa pós-troika.

Num momento em que o Parlamento tem o Documento de Estratégia Orçamental para analisar, e quando temos o Conselho de Finanças Públicas e o Conselho Económico e Social a denunciar que o documento do Governo tem défice de detalhe e de consistência, exige-se transparência por parte do Executivo. Para mais, pelas declarações produzidas, o horizonte temporal do pacote de austeridade do Governo vai para além da actual legislatura e, como tal, este executivo não tem legitimidade bastante para assumir quaisquer compromissos plurianuais. Nestas circunstâncias, e face à delicada situação económica e social do país, o GPPS requer, com carácter de urgência, que o Governo dê conta à Assembleia da República, e publicite, a carta de intenções remetida ao FMI.

Palácio de São Bento, terça-feira, 3 de Junho de 2014

Deputado(a)s

ALBERTO MARTINS(PS)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.